

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

TERRITÓRIO DA PESCA NO LAGO DE ITAIPU: Estudo de caso da Colônia Z11

Graziele Ferreira, Edson Belo Clemente de Souza

Boletim Gaúcho de Geografia, 41, n. 2 : 361-383, maio, 2014.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/44246>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2014.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

TERRITÓRIO DA PESCA NO LAGO DE ITAIPU: ESTUDO DE CASO DA COLÔNIA Z11

GRAZIELE FERREIRA¹EDSON BELO CLEMENTE DE SOUZA²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a formação de um território que se convencionou chamar o “Território da pesca” no Lago de Itaipu/PR (Brasil), compreendendo especialmente os sujeitos pescadores e sua relação com o território a partir de um estudo de caso da Colônia Z11 de São Miguel do Iguaçu-PR. Sendo o território fruto de uma relação desigual de forças, percebe-se que a partir da formação do Lago de Itaipu, em 1982, formou-se um novo território repleto de conflitos, onde os pescadores artesanais vivem com seus costumes, lutas e divergências com os sujeitos que usam esse território. Metodologicamente, a análise abrange uma revisão bibliográfica sobre o território, a apreciação dos dados fornecidos pelo MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), Itaipu/UEM (Universidade Estadual de Maringá) e entrevistas realizadas com os pescadores.

Palavras-Chave: Território. Pescadores. Lago de Itaipu.

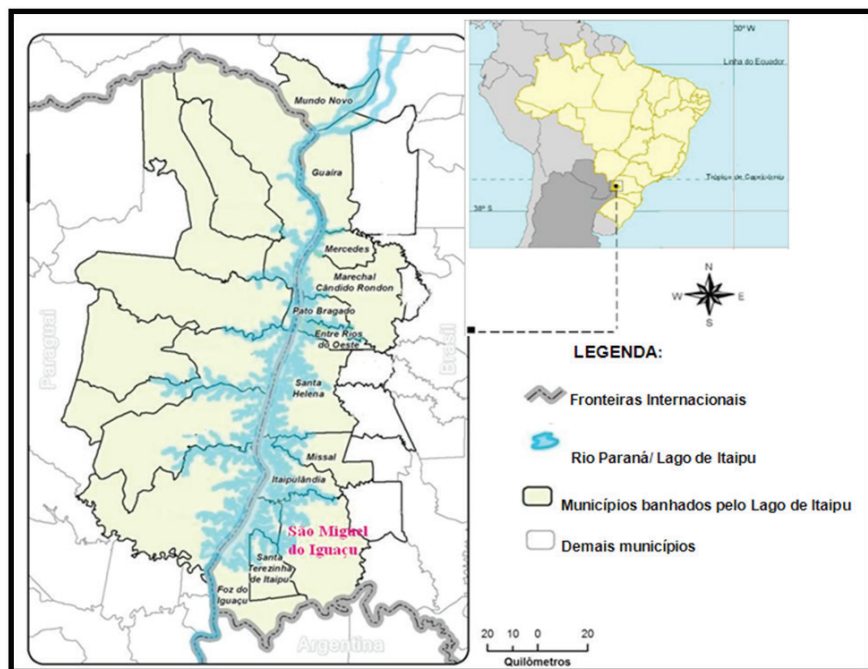
INTRODUÇÃO

O presente artigo³ tem o objetivo de analisar o “território da pesca” no Lago de Itaipu (ver Figura 1), compreendendo a formação socioespacial e o uso de um território por pescadores artesanais, nomeadamente focando os conflitos que permeiam a Colônia Z11, de São Miguel do Iguaçu-PR.

- 1 Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste - Campus de Francisco Beltrão. Graduada em Geografia - Licenciatura (2007) - pela Uniguauçu/Faes de São Miguel do Iguaçu-PR. Especialista em Geografia, Meio Ambiente e Sociedade (2010) pela Uniguauçu/Faes especialista em Gestão Ambiental em Municípios (2011) pela UTFPR. Docente do Quadro Próprio do Magistério QPM, do Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu SEED/PR, e da Faculdade Uniguauçu/Faes. Atua na Linha de Pesquisa Espaço, Território e Fronteira.
- 2 Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG, Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina /UFSC, Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP/PP e Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- 3 Este estudo constitui-se num desdobramento de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos Fronteiriços (GEF) e no Laboratório de Estudos Regionais (LABER), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e da pesquisa de Dissertação de Mestrado intitulada “Comunidade de Pescadores Artesanais no Lago de Itaipu - conflitos territoriais na Colônia Z11 de São Miguel do Iguaçu/PR”.

A partir do processo de formação do Lago de Itaipu, em 1982, constituído por uma área de 1.350 km², configurou-se uma nova realidade territorial por sobre o que antes eram áreas agrícolas; agora é um lago aproveitado para a pesca artesanal de várias comunidades no seu entorno⁴, além da produção de energia pela Itaipu e o decorrente favorecimento ao turismo.

Figura 1: Localização da Área em Estudo - Reservatório do Lago de Itaipu



Base Cartográfica: IBGE (2003). Elaboração REOLON, Cleverson A. Organizado por: FERREIRA, Grazielle.

A proposta de estudar a questão pesqueira do Lago de Itaipu partiu do pressuposto de que os pescadores formam um território ao se adaptarem e usarem esse espaço para as suas necessidades e por nele interagirem de forma indissociável das relações de poder que são constituídas.

O estudo parte do princípio de que toda relação de poder desempenha-

4 São 8 colônias e 2 associações: Colônia de Pescadores Profissionais Z12-Foz do Iguaçu; Colônia de Pescadores Profissionais Itaipulândiense - Itaipulândia; Colônia de Pescadores Profissionais Nossa Senhora dos Navegantes - Santa Helena; Colônia de Pescadores Profissionais São Francisco - Entre Rios do Oeste; Colônia de Pescadores Profissionais Z15 - Marechal Cândido Rondon; Colônia de Pescadores Profissionais Z13 - Guaira; Colônia de Pescadores Profissionais de Santa Terezinha de Itaipu; Associação Bragadense de Pescadores - Pato Branco; Associação dos Pescadores Artesanais de Guaira (AGUA) - Guaira.

da pelos sujeitos no espaço produz um território; e que a intensidade e a forma do exercício do poder, nas diferentes dimensões do espaço, originam variados tipos de território; por isso, buscou-se compreender o Lago de Itaipu e a comunidade de pescadores artesanais a partir dos diferentes usos, relações de poder e conflitos estabelecidos entre os pescadores artesanais, pescadores clandestinos e pescadores amadores com a Itaipu a partir da época da formação do lago artificial e do início da produção de energia.

Esse território em estudo não é apenas produto da intervenção do Estado, mas também expressão de vida de relações sociais, culturais, políticas, econômicas, ambientais e institucionais dos agentes produtivos que produzem o território da pesca. Assim, de acordo com Haesbaert (2006, p. 121), o território é fruto de “[...] uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”.

Há autores que dizem que, no bojo da crise contemporânea, estaríamos então vivendo um processo de reterritorialização, ou o que – segundo Haesbaert – seria a construção de novos territórios. E, nesse novo território, consolidado a partir da formação do Lago de Itaipu, percebe-se a atuação de novos atores e sua utilização para outras atividades, diferentes das que eram realizadas antes da formação do lago. Os conflitos são travados na forma de usar esse território pelos pescadores profissionais, pelos pescadores amadores, pelos pescadores clandestinos e pela própria Itaipu, representante estatal, cada qual com seus interesses.

Para o desenvolvimento teórico-metodológico desse artigo foram utilizados autores que contribuem para a elucidação do conceito de território, especialmente: Raffestin (1993), Haesbaert (1999, 2006, 2011), Santos (1996), Corrêa (1996), Souza (2003), Sposito e Saquet (2004), dentre outros. Por meio de entrevistas com pescadores e de dados estatísticos da Itaipu/UEM e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), esboçou-se o modo de vida dos pescadores e seus conflitos territoriais.

O texto está organizado no seguinte sentido: além desta breve introdução, a discussão do território, em seguida a caracterização da pesca e dos pescadores no Lago de Itaipu, inserindo as circunstâncias da formação, dos usos e dos conflitos do território, e, para concluir, as considerações finais com alguns apontamentos.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO E AS REDES

O território é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, como os pescadores do Lago de Itaipu, resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e de relações simbólicas, deixando marcas pela história e pelo trabalho humano, o que, no

caso, pode ser apreendido pela forma de adaptação à nova realidade, imposta a partir da formação do lago na década de 1980.

Relacionada ao conceito de território, indissociável do conceito de rede, vale destacar a posição de Raffestin (1993), que reforça a ideia do território como fruto de relações sociais amplas, que envolvem Estado, indivíduo e organizações em uma malha de nós e de redes, partindo da realidade concreta que é o espaço, passando à implantação de novos recortes e ligações.

Para Raffestin (1993), espaço e território não são termos equivalentes, pois o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza a fusão de um ou mais elementos/um programa), em que, ao se apropriar de um espaço, o ator o “territorializa”. “O espaço é a ‘prisão original’; o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Segundo Raffestin (p. 143-144):

[...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que a envolve, se inscreve num campo de poder [...].

Essa posição é uma ideia inicial muito importante, mas a principal contribuição de Raffestin (1993) para este artigo é a proposição de uma abordagem relacional do território, na qual o território é entendido como indissociável do poder. Tomando esta proposição como referência, parte-se do princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território. A intensidade e a forma da ação de poder, nas diferentes dimensões do espaço, originam diferentes tipos de territórios.

Para o autor mencionado, o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço, passando à implantação de novos recortes e ligações.

Essas relações entre seus atores se sobrepõem, conectando os territórios num processo em constante movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, movimento conhecido pela sigla T-D-R (HAESBART, 2011). Assim, os processos de territorialização e desterritorialização se confundem e os principais elementos que constituem a territorialização também constituem a desterritorialização.

Há perda, mas há a reconstrução da identidade, acontecem

mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade. (SAQUET, 2010, p. 163).

De acordo com Haesbaert (2011), pode haver uma desterritorialização cotidiana ou a passagem constante de um território a outro sem que para isso o território seja destruído, mas apenas abandonado pelo indivíduo.

No caso da formação do Lago de Itaipu, o território precisou ser abandonado não por vontade dos moradores, mas por imposição, provocando assim uma destruição do território e, posteriormente, uma reconstrução, com novos usos.

Os territórios podem ser construídos e dissolvidos rapidamente, ou seja, tendem a ser mais instáveis do que estáveis. Ou, ainda, podem ter uma existência regular e periódica. Marcelo José Lopes de Souza (2003) explica essa proposta de conceituação do território como “campo de forças” e o faz a partir de exemplos de territorialidade urbana.

Assim, o território torna-se um instrumento de exercício de poder, também e principalmente do poder do Estado. Em relação ao movimento de desterritorialização-reterritorialização, o Estado “[...] carrega sempre, indissociavelmente, o papel de destruidor de territorialidades previamente existentes, mais diversificadas, e a fundação de novas, em torno de um padrão político-administrativo mais universalizante” (HAESBAERT, 2011, p. 198). Assim, o Estado teve um grande papel no rearranjo territorial promovido com a formação do Lago de Itaipu:

A construção da hidrelétrica de Itaipu proporcionou o início de grandes transformações sociais, econômicas e políticas no cenário regional, o qual, gradativamente, vem se organizando. Em decorrência disso, a formação do Lago de Itaipu trouxe uma nova configuração territorial aos municípios “atingidos”. Foi, portanto, a partir da Itaipu Binacional que se instaurou um novo cenário regional, onde estão presentes novos projetos de mudanças, como a reterritorialização denominada de Projeto Costa Oeste, conduzida pelo governo do Estado do Paraná. (SOUZA, 2009, p. 126).

O território consiste em uma categoria de análise geográfica, que engloba as questões de uso, gestão e domínio de uma parcela do espaço geográfico por agentes de escalas de atuação diferenciados, englobando os diversos níveis de poder presentes na sociedade, das relações internas às localidades ao

Estado Nacional (MORAES, 1984; RAFFESTIN, 1993; RATZEL, 1990).

Além do domínio conceitual de território, uma breve discussão sobre “redes” e relações de poder se torna significativa nas reflexões, pois as relações sociais têm elementos de poder que libertam e aprisionam, a depender das lutas travadas e dos interesses em pauta em determinada arena social, demonstrando uma forma particular de organização, mas não livre do processo de coação. Esse processo “força” a criação de redes.

No Dicionário de Geografia, dirigido por Pierre George (1970), a rede pode ser enxergada segundo pelo menos três sentidos: polarização de pontos de atração e difusão (redes urbanas); projeção abstrata (meridianos e paralelos do globo); projeção concreta de linhas de relações e ligações (redes hidrográficas, redes técnicas territoriais e redes de telecomunicações hertzianas).

Em uma análise de Santos (1996), do que vem a ser uma rede, o autor conduz para a formação de tessituras onde os “nós” fazem parte de sua composição. Nesse método de análise, a “rede” é como mecanismo para estabelecer variados contatos, dados pelas relações que envolvem questões de circulação e de comunicação de bens materiais e imateriais no atual contexto global, numa perspectiva de significação e significado.

Importante é ponderar que não existe homogeneidade dos territórios como também não existe homogeneidade das redes. A homogeneização é um mito. Segundo Bakis (1990), citado por Santos (1996, p. 268), “[...] o espaço permanece diferenciado e esta é uma das razões pelas quais as redes que nele se instalam são igualmente heterogêneas”. As redes são, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas.

Haesbaert (2006, p. 337) propõe que as redes surgem como novos elementos na configuração dos territórios, sendo possível falar de território-rede. Para o autor, é necessário compreender o convívio entre territórios-área e territórios-rede, sendo os últimos “[...] marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território ao outro”. A compreensão da relação entre esses territórios demonstra que, ao contrário do que fazem acreditar os discursos da globalização, o território ganha cada vez mais importância (HAESBAERT, 2006).

O papel das redes é indispensável para o entendimento do território, como pode ser notado em Souza (2003b), Sposito (2004) e Haesbaert (2006). Dentre esses autores, o último citado, partindo dessa nova realidade na formação dos territórios, propõe a multiterritorialidade como “predominância [...] de relações sociais construídas a partir de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos” (HAESBAERT, 2006, p. 338).

Nesse sentido, o conceito contribui para o artigo, refletindo sobre o território da pesca no Lago de Itaipu, pela hipótese de que esse território pode ser dividido em vários outros territórios (as Colônias e os Pontos de Pesca), que estão interligados num território-rede.

Em relação à configuração da multiterritorialidade, o mesmo autor argumenta sobre a “[...] possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico. [...] como no ciberespaço” (HAESBAERT, 2006, p. 344).

Com base em Souza (2003), é possível dizer que o território-rede pode ser configurado como uma rede que articula territórios-área e não possui necessariamente a característica da exclusividade.

Por não ter necessariamente a característica da exclusividade, nos territórios-rede são mais comuns relações de poder que denotam influência. Esses territórios podem sobrepor-se, pois a área (extensão) nem sempre é importante para todos os sujeitos territoriais; pode ser que lhes interesse a influência sobre os pontos para a elaboração de redes ou então os outros sujeitos (a mão de obra, os consumidores, fiéis, eleitores, etc.).

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros.

O fato de a rede ser global e local, uma e múltipla, estável e dinâmica, faz com que sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades, cujo ajustamento é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas, sobretudo, pela própria estrutura socioespacial (SANTOS, 1996).

Mesmo que a superfície seja importante para o território de um determinado sujeito, outros territórios poderão se estabelecer na mesma área, caso não disputem dimensões com o sujeito territorial que a domina, seja através da propriedade ou de outro tipo de dominação exclusiva. Esses territórios não são excludentes e, caso não haja coincidência de interesses entre eles, podem coexistir; ao contrário, surge uma relação conflitiva que ocasiona o processo de T-D-R.

Nesse sentido, constatamos a realidade espacial e territorial da pesca artesanal no Lago de Itaipu. Sendo o Lago uma superfície usada por vários sujeitos com interesses distintos (pescadores, contrabandistas, turistas, geradores de energia), todos se estabelecem na mesma área e coexistem; porém, ali estabelecem também relações de poder e de domínio conflitivas.

Sobre as redes e o poder, Claude Raffestin esclarece que toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação – é uma função de poder, onde: “A circulação imprime a sua ordem” (RAFFESTIN, 1993, p. 83). Nesse caso, o poder não consegue evitar o que pode ser visto ou controlado.

Uma trama complexa recobre esses territórios contemporâneos, redefinindo seu conteúdo e transformando a natureza das ações nele empreendidas. Essa trama é formada por um conjunto de diferentes redes que, num

movimento dialético, ao mesmo tempo interligam e fragmentam o território.

No Lago de Itaipu, os territórios-rede ora se articulam, ora se fragmentam. Articulam-se quando as Colônias de Pescadores, demandando melhorias para o setor, buscam troca de experiências e ajuda mútua, e até conseguindo fazer reivindicações coletivas consistentes. Fragmentam-se quando, nos pontos de pesca, só é possível entrar pelo portão, para pescadores que estão cadastrados e possuem chave, limitando o acesso ao território.

Para Manuel Castells, as sociedades, no período contemporâneo, estão vivendo num espaço caracterizado por uma profusão sem precedentes dos fluxos, conhecendo uma economia que o mesmo autor denomina de 'global', e um 'capitalismo informacional', o que o leva a reconhecer a sociedade atual como "sociedade em rede" (CASTELLS, 1999).

Quando se analisa a natureza das redes geográficas, reportando-se a trabalhos de Milton Santos e de Roberto Lobato Corrêa, pode-se afirmar que a organização espacial se revela, de um lado, a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social. E, de outro lado, através de fluxos que garantem as interações entre os fixos. Fixos e fluxos originam as redes.

Roberto Lobato Corrêa, investigando as dimensões de análise das redes geográficas, ele as entende como "[...] 'um conjunto de localizações geográficas interconectadas' entre si 'por certo número de ligações'" (CORRÊA, 2001, p. 107).

É a partir da atual configuração do meio geográfico que as redes promovem novas possibilidades de uso do território para a produção; ou seja, constroem estratégias verticais de uso e comando das ações: "Há diferentes redes recobrimdo a superfície terrestre; são redes planejadas, espontâneas, formais e informais, temporárias e permanentes, materiais e imateriais, regulares e irregulares" (CORRÊA, 2001, p. 190).

Hoje as redes são produtoras de aceleração, e não é por outra coisa que a sua característica primeira é a informação. A prioridade não é apenas distribuir, ainda que essa atividade seja indispensável, mas a função principal das redes atuais é fazer circular dados e informações que precedem e organizam as atividades de distribuição no território e, sob esse aspecto, muitos dos fluxos que percorrem redes diferenciadas não podem ser visualmente percebidos. Desse modo, quando o fenômeno de rede se torna absoluto, é abusivamente que ele conserva esse nome. Na realidade, já não há mais propriamente redes; seus suportes são pontos (SANTOS 1996).

Animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas

e não-passivas, as redes não têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Esse movimento tanto inclui dinâmicas próximas locais, quanto dinâmicas distantes, universais, movidas pelas grandes organizações. (SANTOS, 1996, p. 188).

Tomando o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996), a rede pode ser compreendida como um sistema verticalmente orientado pela e para a ação/intenção de determinados agentes, para a coordenação do trabalho que flui entre pontos específicos no território. É assim que podemos compreender que o caráter das redes não reside apenas na materialidade, mas, sim, nas estratégias políticas de organização dos diferentes agentes e pontos no território, que são mobilizados e coordenados por outros agentes na intenção de desenvolver objetivos específicos.

O poder nas discussões sobre relações territoriais é um elemento imprescindível. Na análise de Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o espaço e as relações de poder são responsáveis pela forma de territorialização.

É durante a produção de um espaço ou de um território, espaço físico, balizado, modificado, que sofre transformações pelas redes, circuitos e fluxos, quando se instalam as relações sociais, o trabalho e as forças divergentes/convergentes de poder.

Enfim, a discussão sobre “redes” vem tomando espaço significativo nas reflexões sobre as ações coletivas e individuais, em particular aquelas que dizem respeito a garantias de demandas políticas, econômicas e sociais por intermédio de ações contra-hegemônicas, que são ações coletivas ou individuais de oposição a uma dada realidade política, econômica e social.

As relações sociais têm elementos de poder que libertam e aprisionam, a depender das lutas travadas e dos interesses em pauta, em determinada arena social, demonstrando uma forma particular de organização, mas não livre do processo de coação. Esse processo “força” a criação de redes.

Santos (1996) apresenta uma análise metafórica do que vem a ser uma rede, com isso nos transportando para a formação de tecituras onde os “nós” fazem parte de sua composição. Este método de ver a “rede” como mecanismo para estabelecer variados contatos dados pelas relações que envolvem questões de circulação e de comunicação

de bens materiais e imateriais no atual contexto global, numa perspectiva de significação e significado.

Vale destacar a posição de Santos (1996), que afirma que mesmo os sujeitos hegemonizados recriam estratégias e buscam garantir a sua sobrevivência nos lugares. Dessa forma é que entendemos os pescadores, que criam redes de relações para sobreviverem.

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO PESQUEIRO NO LAGO DE ITAIPU

A construção da Hidrelétrica de Itaipu e a formação de seu reservatório artificial reconfiguraram a região oeste paranaense e suas relações socioeconômicas, comprometendo 101.093 hectares do território. As águas do lago inundaram áreas rurais e urbanas, resultando na desapropriação de 44 mil famílias. Ribeiro (2006, p. 72) comenta que

Em média, os municípios atingidos pelas águas de Itaipu sofreram uma queda de 8,5% em sua renda tributária, mas alguns foram mais duramente castigados: Foz do Iguaçu, 31,2%; São Miguel do Iguaçu, 21%; Santa Helena, 26%.

Antes do alagamento, a agricultura era a principal atividade econômica e de permanência na região, devido à fertilidade do solo e por se tratar de uma região ribeirinha. Como a construção da Hidrelétrica proporcionou um movimento migratório, muitas pessoas que viviam no campo perderam suas terras em virtude do alagamento, e vieram para as cidades em sua grande maioria. Houve um processo de atração populacional, principalmente para Foz do Iguaçu, região para onde grandes contingentes populacionais se direcionaram para trabalhar na construção da hidrelétrica.

As 44 mil famílias das áreas inundadas sofreram a desapropriação, pois milhares delas foram obrigadas a deixar suas terras e a migrar para outros lugares. Junto com o processo de desapropriação, essas famílias tiveram que migrar e, consequentemente, se desenraizaram:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural, na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 1979 apud MATTIELO, 2011, p. 249).

O desenraizamento se verifica quando há relações de dominação e de

exploração econômica e política que submetem a cultura, a memória e os valores de um determinado grupo social. Esse desenraizamento verifica-se na fala de um agricultor que teve que deixar sua terra no Oeste do Paraná: “Eu voltei lá em novembro de 1982... Quando fui, vi aquela água toda. Porque lá onde eu morava tem 30 metros de água... Inundou tudo, tudo... onde tinha escola, onde tinha igreja, onde a gente começou... Nossa... Isso dói... Ah! Isso mexe com a pessoa! Não dá pra você entender o que é isso. A gente levou essa surra... foi difícil (Silvênio Kolling, em entrevista a MATIELLO, 2011, p. 253).

Percebe-se, portanto, no depoimento do agricultor expropriado, que as mudanças decorrentes da construção da hidrelétrica não estão relacionadas somente à perda da terra, mas do território, das relações sociais que ali se estabeleciam.

A esse processo de desenraizamento, podemos chamá-lo de desterritorialização, processo que esses agricultores sofreram, imposto pelo Estado, sob a ação da Itaipu. Segundo Haesbaert (2011), o que ocorre, é um processo de reterritorialização imposto por quem detém o poder, como o Estado e o capital, e um processo de desterritorialização para o povo, que teve que abandonar o território onde vivia:

É justamente por meio dessa forma versátil de reterritorialização dos “de cima” que se forja, por outro lado, grande parte da desterritorialização dos “de baixo”, através do agravamento da desigualdade e da exclusão pela concentração da renda, do capital (dos investimentos) e da infraestrutura, associada à ausência de políticas efetivas de redistribuição; aos investimentos mais na especulação financeira do que no setor produtivo, gerador de empregos, e à globalização da cultura do status e do valor contábil em uma sociedade de consumo estendida a todas as esferas da vida humana. (HAESBAERT, 2011, p. 367).

A tabela a seguir informa, por município, sobre os habitantes atingidos pelo alagamento, fato que causou um impacto social, com deslocamento da população e a reorganização da parte que ficou.

TABELA 1: População total dos municípios e população da área de alagamento - 1975

<i>MUNICÍPIOS</i>	<i>POP. TOTAL¹</i>	<i>POP. TOTAL²- ÁREA COMPROMETIDA</i>	<i>%</i>
<i>Guaira</i>	47.482	3.659	7,71%
<i>Terra Roxa</i>	55.268	146	0,26
<i>Mal. Cândido Rondon</i>	63.458	10.600	16,70
<i>Santa Helena</i>	38.831	12.181	31,37
<i>Matelândia</i>	35.473	70	0,20
<i>Medianeira</i>	45.216	1.540	3,41
<i>São Miguel do Iguaçu</i>	36.436	8.639	23,71
<i>Foz do Iguaçu</i>	49.538	5.609	11,32
<i>Sub-região</i>	371.702	42.444	11,42
<i>Fonte- Estudo sub-regional oeste do Paraná- Convênio SUDEPESUL/UFPR;¹ IBGE-Centro Brasileiro de Estudos Demográficos (CDED); ² A população total é a soma das populações urbana e rural. (IBGE-190-1975)</i>			

Fonte: SOUZA (1992, p. 39) - Adaptado por FERREIRA, 2013.

Os habitantes da região migraram para as mais diversas regiões, como cidades da própria região Oeste do Paraná, para o Norte do país e também para o Paraguai:

A expulsão desse contingente populacional das zonas rurais fez com que o mesmo se concentrasse, em grandes levas, nas cidades maiores da própria região (Cascavel, Toledo, Mal. Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, onde muitos indivíduos são, ainda, dependentes de emprego temporário na zona rural – bóias-frias) ou em outras cidades do Estado e do País (Curitiba, cidades do Sudeste); a migração deu-se, também, visando à ocupação interna do Estado do Paraná (Pitanga); por fim, grande parte desse contingente da população rural deslocou-se em direção às novas fronteiras de ocupação do território brasileiro (Rondônia, Mato Grosso e Acre) e mesmo fora do País, como é o caso da ocupação da margem paraguaia da represa de Itaipu, por brasileiros (“brasiguaios”) (Boletim de Geografia, 1991 apud SOUZA, 2009, p. 58).

Esse movimento migratório e a constituição de um novo espaço a partir da formação do lago mudaram as atividades econômicas, o setor agrícola perdeu parte considerável de suas melhores terras, diminuiu o número de propriedades, submergiu comunidades inteiras, diminuiu a produção agropecuária e a arrecadação de impostos. Afetou também as relações sociais

dos municípios envolvidos; dentre elas, a que mais interessa para a presente análise é o território da pesca.

A pesca, anterior ao Lago de Itaipu, no Rio Paraná e seus afluentes, sempre foi intensa, desde a época dos indígenas até os dias atuais. Antes, porém, de ter um caráter profissional, a atividade era realizada como meio de subsistência ou mesmo lazer, como atesta essa passagem em Maccari (1999, p. 89), sobre a pesca no município de Marechal Cândido Rondon:

Com relação às atividades de caça e pesca, essas não representavam somente uma atividade que propiciava horas de lazer, mas em muitos casos foram um meio de suprimir a penúria e carestia de gêneros alimentícios.(...) Os peixes chegaram a pesar 60 kg. Sua carne era vendida, trocada por outras mercadorias, ou mesmo distribuída para moradores da vila. Nos anos 50 tanto as pescarias como as caçadas costumavam ser fartas.

Essa realidade muda inteiramente com o surgimento do Lago de Itaipu e muitos foram aqueles que viram a pesca no novo lago como uma alternativa de trabalho e optaram por essa atividade para sobreviver, não na forma de subsistência, mas como uma profissão e um modo de vida. Sobre isso Machado (2002, p. 6) declara que:

Esses trabalhadores que, antes do alagamento, eram um número reduzido, multiplicaram-se. De acordo com relatos de pescadores, cerca de 50 a 60 pessoas viviam informalmente da pesca, em Santa Helena, sendo que, entre 1985 e 1992, esse número chegou a cerca de 480 pescadores. A categoria de pescadores passou a ser formada principalmente por indivíduos indenizados que não quiseram ir embora de seu município, por outros para os quais o dinheiro recebido não foi suficiente para uma mudança de vida, ou ainda, em alguns casos, por indivíduos que receberam suas indenizações muito tempo depois de terem suas terras alagadas.

O pescador IF, de São Miguel do Iguaçu, atesta essas informações: “Meu pai foi indenizado pela Itaipu; ficou por aí um tempo, depois foi para o Paraguai (...) Eu tive família aqui e fiquei morando aqui, perto das terras alagadas. Aí pensei em virar pescador... tá meio difícil, mas sou pescador também além de plantar o que tenho” (IF Entrevista, 2013).

Como a formação do Lago de Itaipu alterou significativamente a realidade da paisagem geográfica, as comunidades pesqueiras passam a ser constituídas a partir de 1982, em busca da representatividade política de uma nova profissão emergente. A Itaipu passa a incentivar o uso do lago para pesca extrativa e, principalmente, para a criação de peixes e estudos referen-

tes à pesca⁵ em seu território vêm sendo realizados desde 1985 pela Nupélia⁶ (UEM) em parceria com a Itaipu. A Itaipu divide esse território da pesca no lago em 12 áreas de pesca⁷, agrupadas em três zonas de pesca.

Existe ainda uma denominação oficial desse território baseada no Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (CEADES), que denomina “território lindeiro” a região do Lago de Itaipu. Segundo o CEADES, existem três territórios da pesca e aquicultura no Estado do Paraná: territórios lindeiros, território norte e litoral. O objetivo dessa criação dos territórios, com a participação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), foi buscar a mobilização do setor para o debate sobre o desenvolvimento territorial, o aprimoramento da política territorial e o fortalecimento dos colegiados e conselhos.

Essa divisão demonstra a existência oficial de um território, porém a análise proposta da pesca no lago se dá pelo território concebido como espaço social produzido, (alagamento das terras e formação do reservatório da Usina de Itaipu), seja no que se refere às delimitações físicas (o lago), seja no que diz respeito à construção das relações sociais de poder e de suas representações simbólicas (a vida dos pescadores). Destacam-se as especificidades e particularidades no modo de vida e na formação dos pescadores artesanais no Lago de Itaipu, que interagem nos processos de construção da territorialidade e do território pesqueiro.

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que se estabelecem. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo.

Compreende-se que cada colônia se apropriou de uma parte do território pesqueiro, constituindo seu próprio território a partir dos pontos de desembarque e das relações estabelecidas entre os pescadores.

Assim, os pontos de pesca no lago e a Colônia se caracterizam como parte do território da comunidade de pescadores, onde passam a maior parte de sua vida, relacionando-se e trocando conhecimentos a partir da territorialidade expressa nas relações.

A territorialidade, vista como um componente do poder, não significa apenas um meio para criar e manter a ordem; trata-se, para Raffestin (1993),

5 UEM/NUPÉLIA/ITAIPU BINACIONAL. Reservatório de Itaipu: aspectos biológicos e socioeconômicos da pesca-1997/1998. Maringá, 1999. 237 p.

6 Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura da Universidade Estadual de Maringá. Realizam anualmente estudos referentes aos pescadores artesanais do Lago de Itaipu.

7 Zona Fluvial Área 1 - Guaíra; Área 2 - Guaíra e imediações; Área 3 - Oliveira Castro: município de Guaíra; Área 4 - Arroio Guaçu - município de Mercedes; Área 5 - Porto Mendes. Zona de Transição Área 6 - Pato Bragado; Área 7 - Entre Rios; Área 8 - Santa Helena; Área 9 - Vila Celeste. Zona Lacustre. Área 10 - São José do Itavó; Área 11 - São Miguel do Iguaçu; Área 12 - Santa Terezinha do Itaipu.

de um conjunto de relações efetivado pelos homens, como membros de um grupo social e com exterioridade: “As relações humanas são simbólicas e materiais” (SAQUET, 2010, p. 79). Essa territorialidade é percebida na Colônia de pescadores na forma de vida, no cotidiano, no trabalho, nas relações entre as entidades colaboradoras.

O olhar geográfico, portanto, além de ser seletivo quanto aos níveis de análise, é também multiescalar. O território se pluraliza segundo escalas e níveis historicamente constituídos e sedimentados, englobando escalas como o local, o município, o Estado, a região e o país, até o global. Essas diferentes escalas não constituem um continuum, mas níveis imbricados ou superpostos.

Além do território da pesca na Colônia Z11, onde ocorrem as relações sociais mais diretas, há também as escalas regionais e nacionais, partindo do entendimento das demais colônias de pesca no lago e da legislação pesqueira nacional.

CARACTERIZAÇÃO DA PESCA E DOS PESCADORES NO LAGO DE ITAIPU

É importante caracterizar a pesca e o pescador do Lago de Itaipu para entender os conflitos existentes nesse território. Para tanto se utilizou o último relatório publicado pela UEM/NUPÉLIA/ITAIPU BINACIONAL, de 2011, bem como as observações de campo e entrevistas (2013).

São 950 pescadores artesanais/profissionais com RGP⁸ atuando no lago⁹, sem contabilizar os pescadores esporádicos, juntamente com outros sujeitos (pescadores amadores e pescadores clandestinos) e agentes (Itaipu-Estado), que envolvem conflitos territoriais em um jogo de interesses que gera uma série de divergências sobre como tudo será visto posteriormente.

O pescador do Lago de Itaipu participa da categoria pescador/agricultor, mas não deixa de ser pescador/artesanal pelas técnicas de trabalho tradicionais e pelo uso da mão de obra familiar. A pesca artesanal caracteriza-se pelo uso de pequenas embarcações, com menor esforço unitário de pesca; o regime de trabalho é familiar, de vizinhança ou de parentesco e as técnicas de trabalho e captura do pescado são tradicionais (DIEGUES, 1983).

A pesca artesanal consiste em importante fonte de alimento e de renda para muitas populações humanas das áreas costeiras e fluviais do Brasil, conforme Petrere Jr. (1995); porém, essa produção vai além do consumo.

A pesca artesanal é desenvolvida, de modo geral, por pessoas que têm como objetivo principal consumir o pescado capturado, o que pode ser observado em todas as regiões do país; ela é praticada, principalmente, por

8 Registro Geral de Pesca, que é fornecido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA.

9 Dados cedidos pela Itaipu.

consumidores representados pelas comunidades ribeirinhas, onde problemas sociais como o desemprego e a baixa escolaridade são evidentes, tendo na pescaria a única maneira de adquirir seu alimento e alguma remuneração para o sustento familiar (RESENDE, 2006).

As famílias pesqueiras do Lago de Itaipu, em geral, são constituídas de forma que o “chefe” da família é sempre o homem, aquele que realiza efetivamente a pesca, auxiliado pelos outros integrantes da família, representado pela mulher, que também é pescadora, e pelos filhos, que são ajudantes. A mulher, na maioria das vezes, limpa o peixe em casa, quando o marido não faz a limpeza no ponto.

A tradição da comunidade é retratada pelo associativismo familiar e de vizinhança; uns ajudam os outros, realizando a pesca artesanal com petrechos simples para a captura de uma espécie (covo, anzol, tarrafa) ou de várias espécies de peixes (redes de espera).

O trabalho da pesca exige uma dedicação para além do rio ou lago, pois os pescadores precisam realizar a limpeza, a armazenagem, a comercialização do pescado, além da busca de iscas, da fabricação e do conserto das redes e dos espinhéis.

O associativismo é bem visível e presente nas relações trabalhistas da comunidade pesqueira, ora representado pelo compadrio dos pescadores, no qual realizam a pesca com outros pescadores; ora auxiliando uns aos outros e demonstrando os vínculos de amizade na pesca; ou, ainda, é representado pelo auxílio familiar, em que a família participa dos afazeres, como relatado pelo pescador SP (2013): “(...) quando a gente precisa de ajuda, se o filho não tá, um amigo pescador sempre tá pra ajudar”.

A escala de produção é pequena, assim como a destinação do peixe – em parte para a subsistência e em parte para o comércio, em regime de economia familiar – conforme elementos citados por Diegues (2004) na pesca artesanal, que também definem a pesca das colônias no lago.

Em relação à atividade pesqueira, ela se articula nos domínios da água e também da terra. Os territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático (quando este lança sua rede, ninguém mais pode retirar ou usar esse território). Sobre eles os pescadores exercem algum tipo de domínio e são objetos de disputa e de conflito, em especial quando se defrontam com diferentes objetivos.

Cardoso (2007) analisa a questão dos territórios pesqueiros e, segundo ele, tais territórios se manifestam em escalas distintas, desde aqueles ligados ao ponto de pesca individual, até vastas áreas consideradas pesqueiros tradicionais de uma ou outra localidade de pescadores. No caso dos pescadores do Lago de Itaipu, individualmente ou em grupo, eles delimitam seus pontos de pesca e seus pesqueiros no lago. Por vezes o acesso ao pesqueiro é controlado por regras sociais e constitui um bem familiar.

A atividade pesqueira assume importância econômica à medida que um contingente significativo de trabalhadores tem na pesca e nas atividades ligadas ao setor a sua principal, ou mesmo secundária, fonte de renda.

A cadeia de intermediação do pescado talvez seja uma das mais longas daquelas presentes no setor primário. Aliando-se ao fato da perecibilidade do pescado enquanto mercadoria, esses fatores resultam numa transferência de renda do pescador para os setores de distribuição e de comercialização do pescado. A inconstância das capturas, inerente à pesca extrativa, compromete também os rendimentos dos pescadores.

Para existir algum conflito em determinado território é necessário que o indivíduo, de alguma forma, se sinta ligado a ele; que haja interesse particular ou coletivo; e possua identidade com a comunidade pesqueira. Para Diegues (1998), o processo de construção da identidade do pescador profissional artesanal ocorre pela alteridade e pelas formas como reconhece seu semelhante; pela reafirmação dos significados (sentidos e partilhados pelo coletivo) e pela afirmação de pertença ao lugar.

Valêncio (2007, p. 30) afirma que “[...] a identidade repousa na afirmação de sua identidade, de seu direito de estar no lugar e de retirar dele seu provimento, de entender que sua sobrevivência reside na fruição multidimensional daquele lugar”.

Por isso, se existirem identidades diversas, existirão conflitos. No Lago de Itaipu a realidade não é diferente. Convivem pescadores artesanais com pescadores profissionais, alguns já aposentados, havendo também pescadores amadores e pescadores clandestinos que usam o mesmo espaço. Além disso, a Itaipu dispõe de programas de incentivo à aquicultura com a pesca artesanal.

Os pescadores artesanais profissionais do lago têm garantidos seus direitos pelo MPA, possuem o Registro Geral da Pesca (RGP) e estão cadastrados no Ministério. Isso permite o uso das águas sem restrições, desde que obedeçam à legislação e às regras da pesca, com a atividade proibida somente no período de desova dos peixes. Esses pescadores realizam essa atividade para o sustento familiar, tanto para subsistência como para a venda do excedente.

A pesca clandestina, embora seja uma atividade de sustento familiar para a maioria dos que a praticam, é considerada grande atuante da exploração predatória direta dos recursos pesqueiros, uma vez que exerce práticas similares às dos pescadores profissionais artesanais; possui, de fato, o mesmo acesso aos apetrechos de pesca e facilidade em ocupar o local de pesca do profissional, tornando-o competitivo em relação à obtenção do pescado e adotando estratégias fora das regras, como malhas pequenas e não autorizadas pela legislação.

A pesca amadora é outra categoria legalmente permitida e explora os recursos pesqueiros com fins de lazer e esporte, praticados com linha de

mão, vara simples, caniço, molinete ou carretilha e similares, com utilização de iscas naturais e artificiais. Ainda que sua atividade seja permitida com restrições, em nenhuma hipótese a pesca amadora pode implicar a comercialização do produto, tampouco pode constituir a principal fonte de renda da família desse pescador.

O aumento significativo do número de pescadores amadores, atuando por intermédio de clubes, em áreas que são exploradas concomitantemente pela pesca artesanal, prejudica o exercício da profissão do pescador artesanal, uma vez que os amadores cortam suas redes, roubam seus peixes, desdenham da sua carência e da sua luta cotidiana, pelo fato de gozarem de uma situação financeira mais privilegiada (VALÊNCIO, 2007). O que é lazer para o pescador amador é trabalho e meio de vida para o pescador artesanal profissional.

Isso ocorre também no Lago de Itaipu. Os pescadores artesanais relatam as dificuldades enfrentadas com a atuação dos pescadores amadores na época dos torneios, dos pescadores clandestinos e dos contrabandistas:

“Esses pescadores clandestinos usam o lago sem cuidado nenhum, não respeitam a época do defeso, roubam redes e barracos da gente, eles não cuidam como a gente. (...) Os amadores têm dinheiro para comprar iscas boas, nós não; nós temo que produzir. Ele tem um serviço que dá muito dinheiro, o escritório dele. Nós temo que se virá como dá. Acho que alguém tinha que tomar atitude de mudar isso, a Itaipu devia fiscalizar mais. Ainda tem os contrabandistas que vivem passando pelo lago, eles não incomodam porque a gente não incomoda eles; mas dá medo desses cara, eu evito pescá quando tão lá”.¹⁰

A partir do reconhecimento e da identificação com o território, as práticas desenvolvidas distinguem determinado grupo, criando sua identidade social e coletiva. A realidade da pesca do lago revelou também, aos poucos, uma identidade coletiva. As afinidades com o meio ambiente e as percepções ambientais se desenvolvem ao longo do tempo, e vão garantindo sua permanência e resistência de vida.

Outro desafio ou conflito das comunidades pesqueiras do lago consiste em delimitar o acesso aos espaços e aos recursos diante de um ambiente imprevisível. Para o aumento da produção de energia elétrica, ocasiona o rebaixamento do lago, o que, na época da desova (ou piracema, entre os meses novembro a fevereiro), provoca a queda do estoque pesqueiro porque dificulta a desova.

A Itaipu, devido à escassez de peixes, vem incentivando o cultivo de peixes em tanque-rede, através do programa “Mais Peixe em nossas Águas”, cujo objetivo seria proporcionar uma fonte de renda aos pescadores e suas

famílias de forma sustentável e tornar as águas do lago grandes produtoras de peixe. Ocorre, porém, que muitos pescadores relataram que, ao adotarem essa prática de criação de peixes, ficaram impossibilitados de praticar a pesca extrativista, pois o manuseio da criação exige muito tempo e dedicação.

Essas disputas pelos recursos pesqueiros contribuem para a minimização da capacidade de reprodução e para a sobrevivência dos peixes; por isso essas disputas comprometem a capacidade da reprodução social pesqueira, comprometimento esse que está diretamente relacionado com as disputas pela água doce e com o descuido no seu manuseio, no lago.

Percebe-se, enfim, nesse espaço lacustre, que se destacam situações paradoxais, expressas através da tensão existente entre a competição e a cooperação. Os conflitos passam a ocorrer a partir das disputas por recursos entre os vários sujeitos pescadores. Tal realidade exige, dos pescadores, perspicácia e experiência no dia a dia, e, dos gestores do lago (ITAIPU, MPA), alta capacidade técnica para incentivar a aquicultura ao rebaixarem o lago ou quando mudam as normas da pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Lago de Itaipu constitui um local privilegiado para o estudo do território, pois se concretiza em campos de força, conflitos, associativismos, contradições, em que se dá a formação de um “território da pesca” com enfrentamento de interesses dos diversos sujeitos (Estado, em suas diversas instituições - Itaipu-MPA, pescadores profissionais, pescadores amadores, pescadores clandestinos, contrabandistas), o que diferencia esse espaço de qualquer outro.

Relacionando as discussões com a realidade pesqueira analisada, vale destacar a posição de Raffestin (1993). Ele reforça a ideia de que o território é fruto de relações sociais amplas que envolvem Estado (Itaipu), indivíduo (pescadores, contrabandistas) e organizações (MPA) em uma malha de nós e redes, partindo da realidade concreta – o espaço – e passando à implantação de novos recortes e ligações (Colônias, Associações, Pontos de Pesca).

Vale também destacar a opinião de Santos (1996), que afirma que mesmo os sujeitos hegemonzados recriam estratégias e buscam garantir a sua sobrevivência nos lugares. Assim entendemos os pescadores que, a partir dos conflitos com outros sujeitos que atuam no Lago, criam redes de relações para sobreviverem mediante a adoção de um modo de vida próprio, em que pescam para consumo própria e para a venda do excedente do pescado extraído.

O Lago de Itaipu se constitui em “território da pesca” pela construção das relações sociais de poder e pela vida dos pescadores, além das suas

delimitações físicas (o lago) e do território concebido como espaço socialmente produzido (alagamento das terras e formação do reservatório da Usina de Itaipu). Esse território pesqueiro se constitui num território-rede ao interligar territórios menores (os pontos de pesca) com territórios maiores (Colônias de Pesca), num todo (o lago de Itaipu), ora se articulando, ora se fragmentando.

Assim, o presente artigo, que analisou o “território da pesca” no Lago de Itaipu, na Colônia Z11, de São Miguel do Iguaçu-PR, compreendeu a lógica de sua formação socioespacial a partir da década de 1980, época quando a realidade anterior da região mudou com a formação do reservatório. A partir da formação do lago, o território, antes dedicado à agricultura e à vida agrária, se torna outro, apropriado por pescadores artesanais, profissionais, clandestinos, amadores, além de outros sujeitos com interesses diversos. Isso tudo configura um território conflituoso, demonstrando os diferentes usos de uma mesma superfície para objetivos diferentes.

As informações obtidas demonstram diferentes dinâmicas socioespaciais e territoriais: o lago se constitui num território-rede, emanado de ativas lutas entre os sujeitos, isto é, diversos tipos de pescadores com intenções diferentes: o pescador artesanal para sua sobrevivência e cultura; o pescador amador para lazer e alimentação; e o pescador clandestino mediante o uso indevido, desrespeitando as normas e buscando apenas o lucro. A Itaipu, por sua vez, usa o lago para a geração de energia (o que resulta em rebaixamento das águas, se necessário for) e o MPA determina as normas sem prévio conhecimento local.

FISHING TERRITORY IN ITAIPU LAKE: CASE STUDY OF THE Z11 COLONY

ABSTRACT

This article aims to analyze the formation of a territory that has been called the “Fishing Territory” in Itaipu Lake / PR (Brazil), especially the fishermen and their relationship with the territory from a case study of Z11 colony, of São Miguel do Iguaçu-PR. Being the territory the result of an unequal balance of power, it is noticed that from the formation of Itaipu Lake, in 1982, a new territory full of conflicts was formed, where artisanal fishermen live with their customs, struggles and disagreements between subjects that use that territory. Methodologically, the analysis covers a literature review on the territory, the assessment of data provided by the MPA (Ministry of Fisheries and Aquaculture), Itaipu / UEM (State University of Maringá) and inter-

Keywords: Territory. Fishermen. Itaipu Lake.

TERRITORIO DE PESCA EN EL LAGO ITAIPU: ESTUDIO DE CASO DE LA COLONIA Z11

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la formación de un territorio que se ha llamado el "Territorio de pesca" en el Lago de Itaipu / PR (Brasil), con especial atención a los pescadores y su relación con el territorio, en un estudio de caso de la Colonia Z11 de São Miguel do Iguçu-PR. El territorio es el resultado de un desequilibrio de poder, por eso se nota que, desde la formación del Lago de Itaipu, en 1982 se ha originado un nuevo territorio lleno de conflictos, donde los pescadores artesanales viven con sus costumbres, peleas y desacuerdos con relación a las personas que utilizan ese territorio. Metodológicamente, el análisis abarca una revisión bibliográfica sobre el territorio, la evaluación de los datos facilitados por el MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), Itaipu / UEM (Universidade Estatal de Maringá) y entrevistas hechas con los pescadores.

Palabras claves: Territorio. Pescadores. Lago de Itaipu.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 251-256.

_____. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Povos e mares**. 1. ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Redes de diásporas. **Cadernos de Departamento de Geografia 2**, Niterói, RJ, Brasil, p. 9-15, 1999. (ISSN: 1516-2869).

_____. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. Biblio 3W, **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. XII, nº 761, 20 de noviembre de 2007. [ISSN 1138-9796]. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-761.htm>>.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**, volume I. Trad. Roneide Venâncio Majer e Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENTREVISTAS. **Pescadores da Colônia Z11**. 2013.

FERREIRA, Graziele. **Sustentabilidade da pesca no Lago de Itaipu:** a visão do pescador. TCC Especialização em Gestão Ambiental em Municípios: UTFPR, Medianeira– PR, 2011.

GEORGE, Pierre (dir.). **Dictionnaire de la géographie**. Presses Universitaires de France, 1970.

MACCARI, Neiva Salete Kern. **Migração e memórias:** a colonização do oeste paranaense. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

MACHADO, Jones Jorge. **A formação de classe e o cotidiano dos pescadores profissionais de Santa Helena**. Marechal Cândido Rondon, 2002. TCC (Bacharelado em História) - Unioeste.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. In: **Revista Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, 1998.

MATIELLO, Catiane. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência:** história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Dissertação de mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Território. In: **Revista Orientação**. Instituto de Geografia-USP, n. 5, p. 91, 1984.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2008 e 2009**. 2011.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Produção pesqueira e aquícola**, 2010 Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/>>.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Territó-**

rio, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996. p. 270-282.

PETREIRE JR, M. **A pesca de água doce no Brasil.** Ciência Hoje, v. 19, n.110, p. 28-33, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. p. 164-185.

RATZEL, Friederich. Geografia do homem (antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ratzel: Coleção Grandes cientistas sociais.** São Paulo: Ática, 1990. p. 32-150

RESENDE, Emiko Kawakami de. **A pesca em águas interiores.** 2006. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicações/online>>. Acesso em: 20 maio 2010.

RIBEIRO, Maria de F. B. **Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984.** Tese de Doutorado em História. Campinas, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu.** Cascavel, PR: Edunioeste, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-116.

SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marco Aurélio (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2004. p. 15-36.

UEM/NUPÉLIA/ITAIPU BINACIONAL. **Monitoramento do rendimento e da socioeconomia da pesca no Reservatório de Itaipu.** Relatório Geral de 2009. Por A. A. Agostinho et al., Maringá, 2011. 234 p.

VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. **Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência.** São Carlos, SP: Rima, 2007.